

A AGRICULTURA FAMILIAR E A EDUCAÇÃO NO CAMPO

Rosângela de Carvalho Vargas¹.

Luciana Ferreira².

RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo analisar as abordagens do desenvolvimento do campo no enfoque da agricultura familiar em relação à educação. Como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares. Utiliza-se neste trabalho, a abordagem teórica do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” – PRONAF que esta diretamente ligada à agricultura familiar tendo a educação como base dos programas. São também apresentados relatos referentes aos alunos da EJA, que são moradores do campo do município de Ubitatã e de Juranda, que é um município que fica a vinte três quilômetros de Ubitatã.

Palavras-chave: Desenvolvimento do Campo, programa rural, produtor rural, inclusão, educação

Introdução

Sou professora da EJA na cidade de Ubitatã, que está situada no noroeste do Paraná tem seu nome derivado da palavra indígena (tupi-guarani) que significa madeira dura. Antes da chegada dos europeus, esta região era habitada por índios das tribos kaingans, nação dos Gês ou Tapuias às margens do Rio Carajá e pelas Goianás que ocupavam as margens do Rio Tricolor. Habitaram esta região por cerca de 900 anos. O que comprova estes indícios foram os objetos encontrados

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de XXX, e-mail: tal.

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

chamados fontes históricas e o local passou a ser um sítio arqueológico, na qual está registrado no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil sobre a sigla URCA-2 PR.

Ubiratã foi colonizada pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná. Aspectos Econômicos da cidade. Participação no PIB Municipal: - Agropecuária: 21,76 % - Indústria: 14,37 % - Serviços: 63,87 % - Produto Interno Bruto: US\$ 70.789.346,69 % - PIB per capita: US\$ 2.763,91 % - População Economicamente Ativa: 14.541,00 hab. Principais Produtos Agrosilvopastoris: - Soja Safra Normal - Algodão - Trigo Indústria Dos Aspectos Econômicos Participação no PIB Municipal: - Agropecuária: 21,76 %. (Ubiratã História e Memória, 2008)

Em Ubiratã fazem parte da agricultura familiar 550 agricultores. Estes participam do PRONAF e, muitos participam do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Este é um programa muito importante de geração de renda pois permite que uma parte da verba que vem do Estado para a compra a merenda escolar possa ser usada para comprar produtos destes pequenos agricultores que fazem parte da agricultura familiar – incentivando o pequeno agricultor e dando a ele a oportunidade de aumentar sua renda familiar.

Estes programas oferecem também muitos outros benefícios, pois a EMATER faz toda a divulgação e socialização dos programas junto aos agricultores familiares, suas organizações e entidades socioassistenciais. Entretanto um dos grandes empecilhos é que, grandes partes destes pequenos agricultores não produzem os produtos que fazem parte da alimentação escolar – eles ainda estão em um processo de desenvolvimento de produção especialmente para este fim. (EMATER, Ubiratã, 2010)

A experiência de uma professora da EJA no campo

Como professora da EJA (Educação de Jovens e Adultos) em Ubitatã, posso afirmar que, as salas estão cheias, e isto é muito gratificante para mim e para muitos professores, pois estar com os alunos da EJA no campo é uma verdadeira troca de experiência. Os alunos são maravilhosos – não tem como não gostar. Este trabalho tem muito sentimento e emoção. Entretanto sinto que a educação voltada especificamente para o campo faz muita falta. Geralmente, grande partes dos moradores daqui não podem estudar porque tem que plantar e fazer a colheitas – eles ficam muito tristes por perderem as aulas, pois estão estudando para melhorar a sustentabilidade de sua família, mas ao mesmo tempo necessitam trabalhar pesado para seu próprio sustento.

Muitos jovens deste EJA, onde eu leciono, participam do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA). Neste programa, eles estudam para aprenderem sobre gestão de agronegócio. Assim, eles estão estudando, mas ao mesmo tempo estão sempre ligados ao campo e aprendendo a conciliar a teoria e a prática, passando conseqüentemente o que aprenderam para seus pais. Existem também alguns cursos profissionalizantes pelo sindicato rural, pela secretaria rural da EMATER e pelo SENAR.

Acredito que somente através da educação poderemos obter um resultado mais significativo no meio rural. Infelizmente nas escolas rurais de Ubitatã, não temos nem uma disciplina que envolva a educação do campo. Na década de 1980 tínhamos uma disciplina chamada técnico agrícola, nela os alunos aprendiam a plantar e a cuidar das plantas. Havia também uma horta na escola, onde os alunos cuidavam e aprendiam os valores de viver no campo. Hoje estas atividades não existem mais. Seria muito importante que elas voltassem a fazer parte do currículo escolar rural. Seria também importante termos na região um curso técnico agrícola nas escolas rurais.

A importância da EJA voltada para o campo

Entendo que o Brasil tem enfrentado o problema da exclusão social que gerou grande impacto nos sistemas educacionais. Muita gente ainda não tem acesso ao sistema de educação que os acolha, pois uma educação de qualidade é um direito de todos e dever do estado. Para atender esta clientela, O ministério da educação criou a secretaria de educação continuada, Alfabetização e diversidade –SECAD, que tem a tarefa de criar as estruturas necessárias para formular, implementar, fomentar e avaliar as políticas voltadas para os grupos tradicionalmente excluídos de seus direitos.

Um dos problemas do campo hoje é uma ausência de políticas públicas que garantem o seu desenvolvimento à melhoria da qualidade de vida das pessoas que lá vivem e trabalham. A discussão sobre uma proposta de Educação Básica do Campo implicaria num avanço na definição de políticas que a sustentem e garantam: Efetivar o direito à educação dos jovens e adultos ultrapassa a ampliação da oferta de vagas nos sistemas públicos de ensino. É necessário que o ensino seja adequado aos que ingressam na escola ou retornam a ela fora do tempo regular: que ele prime pela qualidade, valorizando e respeitando as experiências e os conhecimentos dos alunos, criação de escolas técnicas regionais que desenvolvem um ensino ligado à formação profissional para atuação no campo, formação continuadas para educadores do campo, materiais didáticos e pedagógicos que tratem de questões ligadas ao campo, valorizarem a cultura respeitando o conhecimento de “vida”.

A educação não resolve por si só os problemas do país, nem tão pouco promove a inclusão social. Ela pode ser um elemento muito importante, se combinada com um

conjunto de ações políticas, econômicas, e culturais, que mexam diretamente no modelo econômico. A educação não levará ao desenvolvimento do campo se não for combinada com reforma agrária e com transformação profundas na política agrícola do PIS. (ARROYO, 2004, p.53).

Temos ainda hoje muitos problemas que afetam de maneira geral a educação brasileira: o analfabetismo – ainda temos muitas crianças e adolescentes fora da escola no meio rural; a falta de escolas rurais – faz com que muitas crianças fiquem sem estudar (estudar se torna algo muito sofrido, ter de pegar ônibus de madrugada para vir para escola, muitas vezes chegar à escola com fome, cansado e sem estímulos para estudar). Sabemos que para desenvolver um bom estudo o indivíduo precisa estar bem fisicamente e mentalmente. Ainda o problema das escolas que não atuam frente a realidade de suas comunidades – currículos e calendários alheios a realidade do campo, falta de infra-estrutura necessária nas escolas.

Diante de todos esses problemas com as crianças de hoje, temos no campo um grande número de jovens e adultos que vivem da agricultura familiar que durante muito tempo ficou sem acesso à escola.

Muitas tentativas para educação de jovens e adultos foram feitas no decorrer do século XIX, mas foi somente a partir da segunda metade do século XX, que a educação de adultos teve maior valorização política e social, tanto na esfera governamental quanto na sociedade civil organizada. Foi criada a Campanha de Educação (CEAA), ou Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos em 1947 e extinta em 1961 – esta tinha como objetivo expandir a democracia. E assim aconteceram vários outros projetos e campanhas até chegarmos em 1996, quando foi aprovada a LDB (9.394/96) – na qual existem dois artigos tratando da EJA. Por fim, em 2000, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos. O objetivo da EJA é estabelecer relações entre os conteúdos do

mundo da vida e os conteúdos escolares e este é um desafio posto a seus professores. Nas turmas de EJA, em que os alunos na maioria das vezes são trabalhadores e já possuem uma vasta experiência de vida, ao professor é lançado o desafio de “engajá-los e atraí-los” para a continuidade dos estudos, bem como o de “estudar” aspectos da realidade deles, de modo que possa planejar os conteúdos conhecidos e aqueles que se buscam conhecer. Porém o dever não é apenas do professor, é também das políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, na atenção à formação do profissional e na garantia de material bibliográfico e de infra-estrutura para que as aulas tenham a qualidade tão desejada.

Para o projeto alternativo de desenvolvimento da educação continuada sustentável é fundamental a elaboração de uma proposta educacional para o campo, que possa ampliar o grau de escolaridade e de profissionalização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Sem isso, não será possível acompanhar as mudanças provocadas pela estruturação produtiva, nem muito menos garantir sua sustentabilidade.

A inclusão dos alunos da EJA através do lúdico

2010 foi o ano em que eu trabalhei no Colégio do município de Juranda. Nesta época, o colégio fez uma gincana e a turma que fazia parte da EJA teve que, entre as provas, dançar. Então eles escolheram e elaboraram para dançar uma quadrilha, chamaram a mim e a outros professores para participarem, escolheram figurino de oncinha, entre outras coisas. Ficou muito legal, pois os alunos são muito participativos. A apresentação foi no Ginásio de Esportes e fomos muito aplaudidos.

No outro dia, no colégio, no horário da aula, vieram nos mostrar que tínhamos saído no jornal da cidade, que a quadrilha tinha sido convidada para fazer outras apresentações pela cidade. Isso foi muito importante, pois eles se sentiram com a auto-estima elevada houve a união da turma, pois já é uma característica que vem do campo o trabalho em grupo. Os alunos participaram de todas as provas da gincana e o fizeram com muito empenho, aliás todos os professores também estavam empenhados para que tudo desse certo – para os alunos esta era uma experiência única e especial – havia muitos anos que alguns deles estavam fora das escolas. Alguns disseram que estavam se sentindo como crianças novamente – nossa! Foi realmente o máximo! E é através destas coisas singelas – como esse episódio que eu relatei – que a inclusão vai acontecendo no campo e a educação faz parte intrínseca deste processo e contexto.

A importância da agricultura familiar para os alunos da EJA.

Quando perguntados sobre a agricultura familiar, em sala de aula, alguns alunos responderam que a acham muito interessante. Afinal, muitos fazem parte de associações em suas comunidades e já tem conhecimento sobre os benefícios do Programa Agricultura Familiar. Neste momento de discussão e troca de conhecimento, fizemos alguns estudos sobre os programas lançados pelo governo, os financiamentos que favorecem o agricultor, como por exemplo: foi graças ao MSTR conquistou, em agosto de 1995, através da resolução 2.191, do Banco Central, a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar a LEI 11.947 de 18 de julho de 2009, Art.14 – Programa Nacional de Alimentação Escolar “Do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), no âmbito do PNAF, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentares

diretamente agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas e comunidades quilombolas”. Já, o Programa de Garantia preços para a agricultura familiar PGPAF, foi criado em dezembro de 2006, e é uma das ações de apoio à agricultura familiar que compõe o Programa Nacional de Alimentação Escolar tendo como um dos objetivos também garantir a sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar.

É importante salientar que, estes programas trazem por outro lado o desenvolvimento do próprio município, pois contribui para o fortalecimento local, a circulação no município da riqueza gerada com estes e outros programas ligados a produção do campo, novas oportunidade de negócios rurais, dinamização do comércio local, geração de empregos e renda e inclusão social. Nestas conversas que tivemos, em sala de aula, pude notar o interesse dos alunos pela vontade de estudar, disseram que o estudo faz a diferença – até bem pouco tempo, ser agricultor era sinônimo de ser “analfabeto”. Toda família do campo tinha uma maneira peculiar de ser, pois vieram de uma educação tradicional, onde o pai determinava todas as práticas técnicas de natureza econômica, social e ambiental coerentes com sua realidade e finalidade. Hoje a família do campo também evoluiu, para uma agricultura familiar ou produção familiar desenvolver é necessário que consigamos visualizar a autonomia produtiva com grau de relação familiar. É necessário caracterizarmos as unidades produtivas dentro de conceitos e critérios que atendem as necessidades e interesses dos agricultores familiares.

A coerência da produção familiar está centrada na diversificação de atividades vegetais, animais, de transformação primária e de prestação de serviços e, por trabalharem em menores escalas. A agricultura familiar está resgatando a valorização da produção de alimentos locais e regionais, incentivo à organização, cooperação ou formalização dos agricultores, incentivo ao empreendedorismo local, cidadania e valorização dos aspectos sociais, culturais e ambientais, com isto, os

agricultores e seus familiares estão buscando na educação cursos profissionalizantes e, até mesmo, retornando aos estudos para poder ajudá-los nos seus negócios.

A agricultura familiar é, portanto, um programa que tem como objetivo a inclusão social, que incorpora massivamente o trabalho da mulher dos jovens e idosos como atores sociais e produtivos. Para que os projetos fossem desenvolvidos vários cursos foram criados como: turismo rural, hortaliça, bovinocultura de leite, artesanato, nutricional e vários outros, para cada região as capacitações necessárias, para cada comunidade do campo. Assim a agricultura familiar transforma os produtos, movimentando a economia local, gerando postos de trabalhos, promovendo ocupação e inclusão social no meio rural e gerando novas alternativas econômicas e sociais com respeito à diversidade cultural e ambiental.

Sendo assim, foi uma troca de experiência muito proveitosa, pois eu tinha as informações técnicas e eles tinham a realidade e puderam expor suas dificuldades e os benefícios da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES

No final da década de 1980 e início da década 1990, o mundo rural passou por grandes transformações. A organização dos movimentos sociais determinou a atuação de novos atores promovendo o crescimento de novas organizações sociais, permitindo um contraponto de idéias e conceitos frente ao cenário de globalização, das políticas neoliberais e do avanço da agricultura convencional para atender a lógica do capitalismo. A reestruturação do meio rural surgiu através de novas formas de inserção no mercado pelo produtor familiar.

Quanto mais se firma a especificidade do campo mais se afirma a especificidade da educação e da escola do campo. Mas se torna urgente um pensamento educacional e uma cultura escolar e docente que se alimente dessa dinâmica formadora. Também, por outro lado, a meu ver, cada vez mais se afirma a necessidade de equacionar a função social da educação e da escola em um projeto de inserção do campo no conjunto da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (org.) *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA, Maria Antônia. *Educação de Jovens e Adultos*. Curitiba: IBPEX, 2007.

SPERANÇA, Alceu, Ubiratã: história e Memória/ Alceu Sperança, Regina Sperança, Selene Cotrim R. de Carvalho.- Ubiratã, PR: Edição do autor, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Cadernos da EJA. Trabalho no campo*: Governo do Paraná, s/d.

7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. CONTAG filiada à CUT. FETAGS-STRS. Brasília: 1998

SENAR – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. *Ponto de Colheita – Administração Regional do Paraná – Curitiba*: 2009



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. Cartilha de Orientações ao Agricultor Familiar. Paraná: 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Política e Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná. Programa de Garantia Preços para Agricultura Familiar / outubro. Curitiba: 2009